

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E O MANEJO DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA: Um vínculo de coexistência com a terra

Helton Rodrigues Oliveira¹
Luís Eduardo Da Silva Carvalho²
Gustavo Mesquita de Souza³
Carla Leticia Silva Ferreira⁴
Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima⁵

RESUMO

O Brasil, país de dimensões continentais detém uma das maiores taxas de diversidade biológica do planeta, muito cobiçada por projetos desenvolvimentistas. Caracterizado por uma população com notável diversidade cultural, moldada por um contexto histórico de colonização que impulsionou diversas comunidades com distintas características culturais a resistirem e se adaptarem aos diferentes ecossistemas. Nesse sentido, o presente estudo analisa as relações existentes entre as comunidades tradicionais e a manutenção dos elementos da natureza presentes nos territórios por elas ocupados. Através de uma pesquisa bibliográfica e análise minuciosa da literatura acadêmica sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético como forma concreta de entender as dinâmicas sociais. Consta-se o profundo respeito pelo diverso que as comunidades tradicionais demonstram, com práticas locais responsáveis por gerar, cuidar e manter a diversidade biológica, tornando-se fundamental a inserção de políticas públicas efetivas de valorização e proteção que reconheçam o valor e importância deste conhecimento para a continuação da vida.

Palavras-chave: Território. Comunidades Tradicionais. Biodiversidade.

ABSTRACT

Brazil, a country of continental dimensions that holds one of the highest rates of biological diversity on the planet, much coveted by development projects. It is characterized by a population with remarkable cultural diversity, shaped by a historical context of colonization that drove several communities with distinct cultural characteristics to resist and adapt to different ecosystems. In this sense, the present study analyzes the relationships between traditional communities and the maintenance of the elements of nature present in the territories they occupy. Through a bibliographical survey and a thorough analysis of the academic literature from the perspective of

¹ Universidade Federal do Maranhão - Graduando em Geografia - hr.oliveira@discente.ufma.br

² Universidade Federal do Maranhão - Graduando em Geografia - les.carvalho@discente.ufma.br

³ Universidade Federal do Maranhão - Graduando em Geografia - gustavo.mesquita@discente.ufma.br

⁴ Universidade Federal do Maranhão - Graduanda em Geografia - carla.lsf@discente.ufma.br

⁵ Universidade Federal do Maranhão – Doutora em Geografia - rmbf.lima@ufma.br

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



historical-dialectical materialism as a concrete way of understanding social dynamics. It is verified the deep respect for the diverse that traditional communities demonstrate, with local practices responsible for generating, caring for and maintaining biological diversity, making it fundamental to insert effective public policies of valorization and protection that recognize the value and importance of this knowledge for the continuation of life.

Keywords: Territory. Traditional Communities. Biodiversity.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que se destaca mundialmente por sua exuberante diversidade, seja ela natural, étnica ou cultural. Dotado de uma imensa riqueza biológica, que abriga uma ampla variedade de ecossistemas e espécies. No entanto, essa notável biodiversidade encontra-se ameaçada por diferentes atividades econômicas que não adotam práticas adequadas de manejo e cuidado com a terra. Sendo uma dinâmica recorrente na valorização de um sistema produtivo baseado na exploração intensiva dos recursos naturais, objetivando apenas usufruir economicamente desses recursos.

Contudo, a exploração desenfreada do ambiente natural causa problemáticas extremas que vão de encontro a adequada manutenção da vida e a própria Constituição Federal. A medida, que o artigo 225 da Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988, também conhecida como constituição cidadã, por sua natureza de resgate e afirmação dos direitos universais da sociedade, reforça que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (BRASIL, 1988). Portanto, representando um marco legal fundamental para a proteção do meio ambiente e da biodiversidade no país.

Nesse contexto, no transcurso histórico da ocupação do território brasileiro, emergiram comunidades distintas que se contrapuseram à lógica capitalista de exploração da terra a qual conhecemos hoje. Esses grupos, caracterizados por suas particularidades culturais, resistiram e se adaptaram aos diversos ecossistemas presentes na região. Assim, povos e comunidades desenvolveram modos de vida

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

peculiares, pautados por práticas sustentáveis e uma estreita conexão com a terra. Essa pluralidade cultural e resistência evidenciam o entrelaçamento histórico entre as comunidades tradicionais e a preservação da biodiversidade brasileira, revelando sua capacidade de harmonizar a relação homem-natureza em diferentes contextos geográficos e socioculturais.

Dessa forma, o artigo 225 da Constituição serve como um respaldo jurídico para a implementação de políticas de valorização e proteção dos povos e comunidades tradicionais, reconhecendo sua contribuição na manutenção da biodiversidade e assegurando sua participação nas decisões que afetam seus territórios e modos de vida. Ademais, torna-se imprescindível compreender o papel dos povos e comunidades tradicionais na manutenção da biodiversidade e na promoção de uma relação sustentável com a terra, bem como, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Portanto, esse estudo analisa a relação entre os povos e comunidades tradicionais e a manutenção da biodiversidade no contexto brasileiro. Através de uma pesquisa bibliográfica, análise da literatura acadêmica e sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético como forma concreta de entender as dinâmicas sociais. Em resumo, compreende-se como essas comunidades têm utilizado seus conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis para preservar os recursos naturais e promover um equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental. Resultando na formidável importância da implementação de políticas públicas efetivas que reconheçam e valorizem o papel dessas comunidades, garantindo a continuidade da biodiversidade brasileira para as gerações futuras.

2 POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

No contexto da interação entre o ser humano e seu ambiente, observa-se uma relação intrínseca de dependência em relação aos recursos naturais da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



biodiversidade, fundamentais para a subsistência humana. No entanto, ao longo da trajetória histórica da humanidade, o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias tem levado a um crescente distanciamento do modo de vida em relação ao ambiente natural. Por outro lado, essa conjuntura é acompanhada pela existência de grupos humanos que, desde os primórdios, estabeleceram uma complexa relação de hereditariedade e detêm saberes tradicionais que perpassam o tempo.

O conceito de povos e comunidades tradicionais está particularmente vinculado aos processos que têm impactado as políticas públicas contemporâneas, as quais, possuem um vínculo direto ao processo de ação dos movimentos sociais. No entendimento de Brandão (2010, p. 37), comunidade tradicional constitui-se como:

“Um grupo social local que desenvolve: a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram; b) saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente; c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis; d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral; e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado; g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental”. (BRANDÃO, 2010, p. 37)

No Brasil, os povos e comunidades tradicionais integram cerca de 5 milhões de brasileiros, representadas por grupos de seringueiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, quilombolas, ciganos, raizeiros, comunidades de terreiro, comunidades de fundo de pasto, faxinais, pantaneiros, dentre outros (BRASIL, 2002). São povos que têm seus modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, o que faz com que esses grupos se auto reconheçam como portadores de identidades e direitos próprios.

Assim, conforme apontado por Diegues (1996, p. 87):

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

“comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nelas produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso dos recursos naturais renováveis (...). Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena...”.

Portanto, essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos.

3 A BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

O Brasil é um dos países mais ricos do mundo em biodiversidade, combinada com sua localização privilegiada e uma vasta concentração de espécies de plantas, animais, micro-organismos e outros organismos vivos. E toda essa riqueza biológica, desperta olhares pelo mundo e reforça a importância dos ecossistemas brasileiros para a saúde do planeta.

A Amazônia, por exemplo, conhecida metaforicamente como “o pulmão do mundo” expressão que destaca a importância da floresta na produção de oxigênio e na regulação climática, possui uma imensidão de espécies vegetais e animais, muitas ainda desconhecidas pela ciência. O monitoramento das mudanças na diversidade e distribuição das espécies, assim como sua relação com os fatores ambientais, desempenha um papel fundamental na definição de estratégias e mecanismos para a conservação (DÍAS et al., 2006). Portanto, o investimento em pesquisas contínuas da diversidade e distribuição natural, juntamente com a análise de sua relação com os fatores ambientais, fornece uma base sólida para a tomada de medidas de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



preservação, permitindo a adoção de abordagens proativas para proteger e preservar essa riqueza ambiental de forma sustentável.

Além da Amazônia, outros biomas brasileiros como o Pantanal, Mata Atlântica e o Cerrado também atraem atenção devido a sua vasta biodiversidade. A importância do ambiente natural vai além do seu valor inerente, estamos diante da necessidade de garantir a conservação de todo um ecossistema do qual dependemos diretamente. De acordo com a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei Federal n. 12.651/12), foi estabelecido um conjunto de normas e diretrizes para a preservação e recuperação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos essenciais, para enfrentamento dos desafios climáticos buscando garantir a sustentabilidade ambiental. Essas medidas são importantes também, para a produção de alimentos e medicamentos essenciais. Não se trata apenas de preservar a vida selvagem, mas sim de buscar uma qualidade de vida digna para a população, que está intrinsecamente ligada ao equilíbrio e à harmonia dos sistemas naturais.

A preservação da biodiversidade não deve ser dissociada do uso dos recursos naturais. É possível utilizar esses recursos de forma sustentável, diminuindo significativamente os impactos a biosfera. Existem várias práticas que permitem conciliar o uso dos recursos naturais com a conservação da biodiversidade, o manejo sustentável é uma delas. Exemplo disso, consiste nas atividades desenvolvidas pelos povos e comunidades tradicionais, que possuem profundo entendimento dos recursos naturais locais, respeitando essas interações e compreendendo a importância para seu sustento e cultura. Assim, não conduzindo suas atividades de forma isolada, mas como unidades familiares intimamente ligadas à terra.

4 O CONHECIMENTO TRADICIONAL, A GERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A articulação das características das comunidades tradicionais e a produção dos seus conhecimentos revela uma relação complexa de interdependência entre

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ambos, assim como sua intensa conexão para com os recursos naturais, a qual deveria ser uma prerrogativa universal, à medida que todas as sociedades são dependentes da natureza. De forma particular, os povos e comunidades tradicionais possuem uma relação profunda e ancestral com o meio ambiente em que vivem. Nesse sentido, seus conhecimentos e práticas transmitidos ao longo de gerações, são fundamentais para a sua sobrevivência e sustentabilidade.

Nesse sentido, Rocha e Favilla (2015, p. 62) descrevem:

“A relação que os povos e comunidades tradicionais mantêm com seus territórios, vivenciando-os como parte integrante da sua cultura, história, memória, tradições, também é manifestada na forma como lidam com o processo produtivo. Há toda uma subordinação da atividade econômica às atividades sociais e culturais. Não podem ser dissociadas”.

Essa conexão profunda com o ambiente faz com que eles adotem práticas que minimizam os impactos na biosfera. A presença dessas comunidades nessas áreas desempenha um papel fundamental na conservação dos ecossistemas. Da mesma forma é ressaltado por Silva (2007, p. 02), que a estreita relação desenvolvida por essas comunidades com os recursos naturais faz com que sejam extremamente vulneráveis à degradação ambiental, ou seja, além de atingi-los física e economicamente, essa degradação afeta sua identidade, sua definição como indivíduo e como grupo.

A partir da década de 1990, as questões ambientais contemporâneas desempenharam um papel significativo no desenvolvimento da análise da relação entre as populações tradicionais e a conservação dos recursos naturais. Essas questões influenciaram a abordagem adotada, que passou a considerar uma perspectiva mais abrangente e integrada. Como resultado, surgiu a possibilidade de estabelecer uma associação entre a conservação de determinados recursos naturais e os conhecimentos e práticas dos povos e comunidades tradicionais. Essa abordagem deu margem para a inserção dessa temática no setor público.

No Brasil, o decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Que implementou “uma política construída em estreita vinculação com os seus beneficiários, além dar uma definição legal ao conceito de povos e comunidades tradicionais e aos seus territórios” (SILVA, 2007, p. 03). Avançando fortemente na implementação de direitos e benefícios a uma população historicamente invisibilizada.

A constatação dessa possibilidade emerge de uma análise crítica do sistema econômico capitalista, amplamente difundido na maioria dos países do mundo. Esse sistema, além de ser responsável por gerar diversas desigualdades sociais, também tem contribuído para a proliferação de fatores como a pobreza entre grande parte da população. Além disso, o capitalismo tem sido reconhecido como um dos principais responsáveis pela atual crise ecológica sem precedentes, que vem se intensificando desde o final do século XIX (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 9). A relação entre o modelo de desenvolvimento capitalista, as desigualdades sociais e a degradação ambiental evidenciam a necessidade de repensar os paradigmas econômicos e promover a adoção de práticas sociobiodiversas e justas.

Em contrapartida a lógica socioeconômica hegemônica, povos e comunidades tradicionais têm um profundo entendimento dos ecossistemas em que habitam e, com isso, desenvolveram um profundo conhecimento prático sobre a ecologia, os ciclos naturais, as espécies vegetais e animais, as técnicas de cultivo, a utilização de recursos naturais, entre outros aspectos relacionados aos ecossistemas tropicais. Suas práticas e saberes são transmitidos oralmente e por meio de tradições culturais, garantindo a perpetuação desses conhecimentos.

Ao analisar algumas das ideias de povos indígenas e comunidades tradicionais quando se referem àquilo que a ciência moderna denomina como natureza e cultura Lima, Oliveira e Shiratori (2021) trazem para o debate as visões de mundo forjadas por esses povos ao longo de séculos.

Um dos pontos é que a “Natureza” (entendida como tudo que está fora da ação e do controle humano) e a “Cultura” (como o domínio exclusivamente humano) não são compreendidas como opostas e separadas pelas filosofias indígenas. Para esses povos, aquilo que se convencionou chamar de “Natureza” está habitado e é conformado por formas de vida que precisam

PROMOÇÃO



APOIO



ser respeitadas e tratadas com cuidado (LIMA, OLIVEIRA e SHIRATORI, 2021, P, 21).

É relevante destacar que a prática do manejo sociobiodiversa dos elementos da dita natureza, que é viabilizada por meio dos conhecimentos tradicionais dessas populações, não deve ser interpretada de maneira idealizada ou romântica (Toledo, 2001, p. 461). A normatividade atribuída a certos elementos culturais desempenha um papel fundamental no manejo dos recursos naturais pelas populações tradicionais, influenciando diretamente o sucesso de sua adaptação aos seus territórios. Observa-se que a configuração física e biológica dessas áreas é moldada pelo modo de vida transmitido por essas populações. De acordo com Toledo (2001, p. 455), devido à sua conexão com ambientes naturais, as populações tradicionais buscam tanto adaptar o meio às suas necessidades quanto se adaptar às condições oferecidas por ele.

Nesse contexto, a partir do estudo das trajetórias de mudança de uso da terra entre 1985 e 2018 através do projeto MapBiomass, que realiza a utilização de técnicas de geoprocessamento e geração de mapas anuais de cobertura e uso do solo. Contatou-se que:

Atualmente, 40,5% das florestas brasileiras estão protegidas no sistema nacional de áreas protegidas (terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação). As áreas protegidas com presença de povos indígenas e populações tradicionais (terras indígenas, territórios quilombolas, reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável) protegem um terço (30,5%) das florestas no Brasil. Somente as terras indígenas são responsáveis pela proteção de 20,3% das florestas no Brasil. (OVIEDO; DOBLAS, 2020, p. 06)

O sucesso da adaptação humana em meio ambiente florestal depende das suas habilidades para manter as relações terra-população a um nível que permitirá extrações sustentáveis, que depende da sua capacidade de organizar e aplicar o conhecimento sobre a estrutura e composição da floresta (ELLEN, 1997, s/p., adaptado).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Concomitantemente, argumenta-se que o manejo dos recursos naturais, intrínseco ao modo de vida das populações tradicionais, está impregnado pela necessidade de uso racional desses recursos (ALMEIDA; CUNHA, 1999, p. 01). No entanto, vai além da mera existência dessa noção, pois alcança a prática, sendo uma das poucas atividades humanas contemporâneas que consegue se caracterizar como sustentável. Além disso, pode-se considerar que a necessidade de uso racional dos recursos naturais também se configura como um requisito para a perpetuação das populações tradicionais nos ambientes onde estão inseridas. Ao mesmo tempo, a diversidade biológica das áreas onde essas populações estão presentes depende da continuidade do manejo tradicional dos recursos.

“Os resultados mostraram a efetividade das terras indígenas, unidades de conservação e territórios tradicionalmente ocupados em manter a cobertura vegetal nativa, reforçando seu papel como escudos do desmatamento e sugerindo a necessidade de políticas públicas para fortalecer a proteção desses territórios, bem como para a restauração ambiental das zonas de amortecimento”. (OVIDO; DOBLAS, 2021, p. 13)

Em suma, os conhecimentos transmitidos pelas populações tradicionais são estreitamente vinculados aos ambientes nos quais essas populações se desenvolveram, especialmente ecossistemas tropicais caracterizados por uma rica diversidade biológica. Apesar das várias pesquisas científicas realizadas, esses ecossistemas ainda possuem muitos aspectos desconhecidos pela ciência ocidental contemporânea. No entanto, tais aspectos são incorporados aos saberes práticos e cotidianos das comunidades humanas que dependem da interação com esses ambientes para sua subsistência. Dessa forma, esses conhecimentos desempenham um papel significativo na compreensão da complexidade desses sistemas e, conseqüentemente, oferecem contribuições valiosas para o aprimoramento das estratégias de administração e proteção dessas áreas.

Importante esforço de sistematização e divulgação vem sendo realizado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência por meio da publicação intitulada “Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil”, que reúne um conjunto de estudos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

realizados por dezenas de pesquisadores, que produziram uma síntese das contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais no Brasil para a geração e conservação da biodiversidade além de outros serviços ecossistêmicos. Na sessão 7 deste estudo Emperaire at all (2021, p.18) assinala sobre a agrobiodiversidade no Brasil:

A compilação dos dados oriundos de 22 publicações sobre a agrobiodiversidade presente nos biomas brasileiros no contexto de agricultores tradicionais aponta para o manejo de um acervo agrobiológico de umas 475 espécies de várias origens, americanas ou outras. Essa alta diversidade florística reflete a diversidade de sistemas agrícolas tradicionais presentes no território brasileiro (agricultura de queima e pousio, de toco, de vazante, de esgoto, etc.), ela mesmo não dissociável dos múltiplos arranjos entre atividades produtivas (cultivo, pecuária, caça, colheita, extrativismo...) e dos direitos costumeiros de acesso à terra.

5 CONCLUSÃO

Em síntese, a presente análise evidencia a importância dos povos e comunidades tradicionais na manutenção da biodiversidade brasileira por meio de sua relação sustentável com a terra. Através de práticas ancestrais e conhecimentos tradicionais, essas comunidades têm desempenhado um papel fundamental na conservação dos recursos naturais e na promoção de um equilíbrio entre desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental. No entanto, é crucial reconhecer que essa contribuição valiosa está ameaçada pelas pressões exercidas pelo avanço de atividades econômicas predatórias e pela falta de políticas públicas efetivas de valorização e proteção.

Nesse sentido, a implementação de medidas governamentais sensíveis e inclusivas, alinhadas ao disposto no artigo 225 da Constituição Federal, torna-se imperativa para garantir a continuidade desse conhecimento tradicional e a preservação da biodiversidade para as gerações futuras. Promover a participação e o protagonismo das comunidades tradicionais no processo decisório, fortalecer a fiscalização e punição de atividades ilegais, além de fomentar a valorização cultural e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



o empoderamento desses grupos, são ações que devem ser adotadas para assegurar a sustentabilidade ambiental e o respeito aos direitos dessas comunidades.

O reconhecimento e valorização do papel dos povos tradicionais e das comunidades é essencial para a preservação da biodiversidade. Respeitando à sua autonomia, direitos territoriais e conhecimentos tradicionais é fundamental para promover a conservação dos ecossistemas e garantir a sustentabilidade a longo prazo. Somente com um enfoque integrado, que valorize a diversidade cultural e reconheça a importância dos conhecimentos tradicionais, será possível preservar a biodiversidade brasileira e promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável com foco na perpetuação da vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.; CUNHA, M. C. **Populações tradicionais e conservação**. In: Programa Nacional da Diversidade Biológica – Seminário de Consulta. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira. Macapá, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; COSTA, JBA; LUZ DE OLIVEIRA, C. Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões Roseanos. **Relatório final do Projeto Opará**:. Tradição, Identidades, Territorialidades e Mudanças entre Populações Rurais e Ribeirinhas no Sertão Roseano. Montes Claros: Unimontes, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

BRASIL. LEI Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em 23/04/2013

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro De 2007

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BRASIL. **Princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.** Decreto nº 4.339 de 22 de agosto 2002

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec. 1996. P. 51-52.

ELLEN, R. **Indigenous Knowledge of Rainforest: Perception, Extraction and Conservation.** University of Kent at Canterbury, 1997, s/p.

EMPERAIRE, Laure at all. Gerar, cuidar e manter a diversidade biológica (Seção 7) In: **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças.** CUNHA, MAGALHÃES e ADAMS (ORGs), São Paulo: SBPC, 2021

LIMA, Ana Gabriela, OLIVEIRA, Joana, e SHIRATORI, Karen. Conhecimentos Associados à Biodiversidade (Seção 8). In: **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças.** CUNHA, MAGALHÃES e ADAMS (ORGs), São Paulo: SBPC, 2021

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo: Contexto, 2007.

OVIEDO, Antônio F. P.; DOBLAS, Juan. **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil** [recurso eletrônico] : contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças / Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams, organizadoras. – São Paulo : SBPC, 2021. 132 p. : il. color., mapas color.

ROCHA, Marcelo Cardona; FAVILLA, Kátia Cristina. Doze anos de inserção dos Povos e Comunidades Tradicionais no cenário político do Estado brasileiro e na garantia de direitos individuais e coletivos. In: CERQUEIRA, Edmilton; SOUZA, Luiz Fernando M. de; MELO, Patrícia; SANTOS, Quêner C. dos; PIRES, Tauá Lourenço (Orgs.). **Os povos e comunidades tradicionais e o ano internacional da agricultura familiar.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

SILVA, Marina Osmarina. **Saindo da invisibilidade—a política nacional de povos e comunidades tradicionais.** Inclusão social, v. 2, n. 2, 2007.

TOLEDO, Victos M. Indigenous knowledge on soils: an ethnoecological conceptualization. **BASSOLS, NB & ZINCK JC Ethnopedology in a worldwide perspective.** Enschede, International Institute for Aerospace and Earth Science (ITC), p. p1-9, 2000.

PROMOÇÃO

